

DOCUMENTO RESULTANTE DO

Simpósio

***Ciências Humanas e Sociais
nas Políticas de Ciência, Tecnologia
e Inovação Contemporâneas***

Realizado pelo

Fórum de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas¹

na sede do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ

Brasília, 20 de agosto de 2014.

¹ Agradecemos ao presidente do CNPq, prof. Glaucius Oliva, ao diretor de área, prof. Guilherme Sales Soares de Azevedo, à Coordenadora Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Maria Ângela Cunico, haver abrigado o Simpósio do Fórum na sede do órgão em Brasília.

Preâmbulo

O Simpósio contou com a participação de mais de 30 associações e sociedades científicas e representou uma oportunidade singular de discussão de grandes questões que preocupam os pesquisadores da área e, também, de interlocução das sociedades científicas entre si e com a direção do CNPq. O evento se dividiu em duas grandes sessões. Uma, pela manhã, quando foram apresentados trabalhos sobre a importância das ciências humanas e sociais para o desenvolvimento, sobre a internacionalização, políticas de financiamento para a área, assim como sobre os desafios para as publicações. Durante a tarde, quatro grupos de trabalhos se reuniram para elaborar documentos específicos sobre os seguintes tópicos: lugar das CHS nas políticas de CTI; internacionalização; temas transversais, editais prioritários e publicações; ética na pesquisa. Estes documentos foram posteriormente apresentados em sessão plenária de encerramento ao presidente do CNPq e ao diretor de área e encontram-se aqui consolidados. Suas conclusões foram positivamente recebidas pelo presidente do CNPq e pelo diretor da área.

Maiores Demandas

- Instituição de um Grupo de Trabalho para elaboração de uma política de C&TI para as CHS, compreendendo diretrizes e estratégias sobre, por exemplo, internacionalização, financiamento, contribuições ao desenvolvimento, política de publicação;
- criação de uma Diretoria de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas internamente ao CNPq;
- criação de um *Centro de Altos Estudos das Ciências Humanas*, nos moldes do IMPA (Instituto Nacional de Matemática Aplicada) ou do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas);
- criação de Edital Específico para a Área de CHS para incentivo a periódicos das Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas;
- elaborar uma resolução específica de ética na pesquisa para ciências humanas e sociais com um sistema independente, nos casos em que a interface com a saúde não for explícita. Esse sistema alternativo seria gestado junto ao MCTI;
- avaliação do **Ciência Sem Fronteiras** pela própria comunidade científica para poder alcançar uma internacionalização mais eficiente;
- incentivar uma maior equidade de gênero nas lideranças dos INCTs (atualmente são apenas 16 mulheres entre 126 INCTs).

GT Lugar das CHS nas Políticas de C&TI

As discussões do grupo levantaram a necessidade de:

1. elaborar uma política de C&TI para as CHS, compreendendo diretrizes e estratégias sobre, por exemplo, internacionalização, financiamento, contribuições ao desenvolvimento, política de publicação.
2. uma maior participação das CHS na elaboração das Políticas de C&TI;
3. realização de estudos sistemáticos sobre as políticas de C&TI - mobilizando, para isso, os pesquisadores das diferentes áreas - como estratégia para dar apoio à proposição de políticas de C&TI;
4. uma intervenção mais imediata na discussão do FNDCT e das Estratégias Nacionais de C&TI;
5. a constituição de um Grupo de Trabalho, que trabalharia já a partir de 2014, para elaborar propostas de política de C&TI.

GT Internacionalização

As sugestões dividem-se em quatro áreas: formação, produção, difusão, entraves. Foram pensadas tendo como princípio a necessidade de estabelecer programas equitativos que contemplem todas as áreas de conhecimento.

FORMAÇÃO

Trata-se de estabelecer princípios de gastos do dinheiro público. Nesse sentido, é preciso que a própria comunidade científica avalie o **Ciência Sem Fronteiras** (inclusive de forma longitudinal) para poder alcançar uma internacionalização mais eficiente. Dadas as incertezas quanto aos resultados do CSF, melhor seria reforçar os programas já existentes como as bolsas para pesquisadores no exterior, as sanduíches, as de visitantes e instituir as de mestrado. É igualmente importante desenhar programas de atração de pesquisadores e estudantes estrangeiros, criando condições para a vinda de pesquisadores estrangeiros, sem descuidar da frente institucional (vistos, requisitos dos concursos públicos, relacionamento com a autoridade migratória, por exemplo) que muitas vezes impossibilitam a vinda e permanência ou criam impedimentos.

É preferível investir em propostas de grupos de pesquisa e de redes consolidados do que em propostas individuais, com ênfase na interdisciplinaridade interna e externamente à área de ciências humanas e

sociais. As prioridades devem ser estabelecidas de acordo com a excelência das instituições de destino.

Levantou-se a necessidade de apoiar a participação de brasileiros na política científica internacional, estimulando, por exemplo, a participação, articulação e diálogo com associações científicas internacionais.

PRODUÇÃO

A qualidade da produção deve ser mantida como critério de internacionalização. Ao mesmo tempo, a internacionalização da produção deve ser igualmente considerada como critério de fomento.

É preciso:

- estabelecer editais que contemplem a demanda de grupos de pesquisa que tenham produtos publicados em redes internacionais (o edital deve prever despesas com eventuais publicações pagas);
- exigir prestação de contas da produção de quem vai para o exterior ou de quem nos visita;
- apoiar os programas mais do que aos indivíduos nos esforços de internacionalização;
- manter uma perspectiva plural de cooperação e difusão científicas, inclusive em termos de diversidade linguística;
- apoiar a cooperação sul/sul.

Foi considerada estratégica a criação de um *Centro de Altos Estudos das Ciências Humanas*, nos moldes do IMPA ou do CBPF, com o mandato de alavancar a internacionalização da área.

DIFUSÃO

É preciso:

- contemplar, além da produção e publicação de livros e artigos, a realização de exposições e produções audiovisuais científicas;
- apoiar a realização de cursos e *workshops* intensivos internacionais;
- apoiar o uso de tecnologias de comunicação e informação (videoconferências, etc.) para atividades relacionadas à internacionalização;

- estabelecer formas de financiamento de periódicos produzidos fora do Brasil mas com participação de brasileiros na função de editores;
- apoiar a tradução de textos para publicações voltadas ao público internacional;
- apoiar revistas bi ou multinacionais;
- desbloquear bases de dados internacionais de alto nível para a indexação de periódicos brasileiros;
- criar editais que incentivem revistas com políticas de publicação em línguas estrangeiras e/ou que sejam bilíngues (Reconhece-se a existência de editais que apoiam a publicação em revistas indexadas nas bases comuns como Scielo, Scopus e outras. Sugere-se que os critérios incluam o incentivo à revistas que ainda não estão em tais bases, mas que estejam qualificadas como A1, A2 ou B1 no Qualis-CAPES.);
- criar Editais de Incentivo a Oficinas de Produção de Textos em Língua Estrangeiras e/ou de Tradução visando a submissão de artigos em periódicos estrangeiros, a exemplo de um edital da FAPEMIG;
- incentivar convênios com o *Open Archives* (ex: colocar o banco de teses da CAPES no OA).

ENTRAVES

É preciso:

- apoiar a modernização da infraestrutura técnica e administrativa voltada para a internacionalização nas universidades e centros de pesquisa para retirar os entraves burocráticos. Esse tópico abrange desde reconhecimento de títulos, cursos de inglês para funcionários até o problema da política de migração e a remuneração de profissionais não-brasileiros;
- apoiar a oferta de cursos em inglês nas universidades tendo em vista tratar-se de língua fundamental na atração de estudantes estrangeiros.

GT Temas Transversais, Editais Prioritários e Publicações:

A primeira e mais importante sugestão do GT é:

Criação de Edital Específico para a Área de CHS para incentivo a periódicos das Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (por ser o texto escrito o grande produto da área, é importante um reconhecimento desta especificidade com um apoio dirigido, nos moldes do edital de Ciências Humanas).

Popularização da Ciência e Tecnologia

1. Criar editais de incentivo à divulgação científica como parte importante da atividade do pesquisador;
2. Incluir em editais existentes critérios de incentivo a revistas de excelência na área de Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas com impacto em movimentos sociais e gestores públicos;
3. Inserir apoio aos Museus de Arte, Educação, e outros nos editais existentes de apoio aos Museus de Ciências;
4. Criar editais de apoio a Núcleos e Laboratórios com impacto em Políticas de Gestão públicas;
5. Criar uma newsletter digital em português e línguas estrangeiras visando a popularização das ciências humanas;
6. Incluir avaliadores da área de CHS como integrantes do comitê julgador, nos editais de difusão e popularização das ciências. Divulgação dirigida do edital aos Programas de CHS.

Temas Transversais

1. INCTs - incentivar a criação de mais INCTs na área (atualmente são apenas 10 entre 126);
2. Incentivar uma maior equidade de gênero nas lideranças dos INCTs (atualmente são apenas 16 mulheres entre 126 INCTs);
3. Definir, na chamada de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, que um dos focos seja a Educação Básica e/ou projetos que tenham relações com a Educação Básica;
4. Criar Edital específico de apoio a trabalhos sobre “estados da arte” da produção científica nas várias áreas.

Interfaces com a CAPES e outras

1. Valorização do trabalho dos editores de revistas qualificadas;
2. Valorização de produções de textos técnicos que atendam demandas de gestores públicos – como por exemplo os Ministérios da Saúde, da Cidade, MDS, Educação, etc.

GT Ética na Pesquisa

Síntese

A discussão no Grupo de Trabalho iniciou-se com um relato sobre a criação e trabalho do Grupo de Trabalho que, dentro da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), elabora uma proposta de texto para a Resolução 466/12 na qual serão reconhecidas as especificidades das pesquisas em ciências sociais e humanas. Este GT já realizou 12 reuniões desde julho de 2013, inclui dezoito associações nacionais, o Conselho Federal de Serviço Social, o DECIT/SCTIE/Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde e é coordenado pela CONEP.

O GT indica que:

1. não há dúvida da importância de um sistema geral que regule as questões éticas. Entretanto, ressalta que hoje o que temos para as Ciências Humanas e Sociais se origina na área da saúde, legislado pela CONEP sob o argumento de que se faz pesquisa com seres humanos. Destaque-se que, curiosamente, as Ciências Exatas e suas Tecnologias não têm a regulamentação ética de suas pesquisas nesta mesma comissão, embora sejam claras as relações com pesquisas com seres humanos e a longa experiência e conhecimento que produzem relativos ao campo ético.
2. na prática, o GT- Pesquisas em Ciências Sociais e Humanas da CONEP tem voz e força muito limitadas, haja vista que a elaboração da Resolução complementar configura-se como um conjunto de sugestões cuja decisão final não caberá ao GT representativo das diferentes associações científicas.
3. as associações científicas apenas aceitaram o convite da CONEP, para participar do GT em função do insucesso da iniciativa de que o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) fosse o locus de regulamentação da ética na pesquisa no país.
4. o resultado do trabalho em curso no GT- Pesquisas em Ciências Sociais e Humanas é imprevisível e a comunidade das Ciências Humanas e Sociais gostaria de contar com a possibilidade de voltar a tratar do tema de um sistema alternativo que regule as questões éticas.

Nesse contexto, faz-se a seguinte proposta: *elaboração de uma resolução específica para ciências humanas e sociais com um sistema independente, nos casos em que a interface com a saúde não for explícita. Esse sistema alternativo seria gestado junto ao MCTI.*

O GT também ponderou a respeito das consequências que a obrigatoriedade das IES e Institutos de submeter os projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso aos procedimentos do CEP/CONEP, comprometendo tais experiências de pesquisa frente ao tempo requerido e à opção por estudos monográficos ou de cunho teórico, em detrimento a estudos cujas metodologias trabalham com seres humanos.